

## Preconceito e literatura

Como se não bastassem as travas contra a imaginação que uma certa categoria de livros paradidáticos vem causando às crianças, agora chega o Conselho Nacional de Educação (CNE) para extremar o politicamente correto com um parecer que recomenda a suspensão de Monteiro Lobato dos ambientes escolares. A alegação é que a literatura do autor do Sítio do Picapau Amarelo, sobretudo o livro “Caçadas de Pedrinho” apresenta expressões preconceituosas com as quais a baixa qualidade dos professores brasileiros não estaria preparada para lidar.

A junção certamente irrefletida da pobreza analítica do tema com o tratamento desrespeitoso dado às pessoas que ensinam neste País, para poder justificar o afastamento da obra de Lobato das bibliotecas e salas de aula, reflete a vulnerabilidade da clareza conceitual que ronda o âmbito das nossas políticas públicas para uma educação antirracista. Qualquer educador com o mínimo de sensibilidade sabe o quanto existe de oportunidade pedagógica nas contradições explicitadas em situações conflituosas como as que regem a relação da boneca Emília com a Tia Nastácia, que é a sua mãe de confecção.

No anseio de corrigir uma irracionalidade de cunho étnico, modelada em três séculos de escravidão do Brasil colonial, os promotores da igualdade racial extrapolam muitas vezes os limites da razoabilidade. Atacar um clássico da literatura, como se houvesse um dolo, uma intenção de ofensa em suas palavras, transforma o ativista em déspota. Dessa forma, mais do que o sentido específico do parecer do CNE, o que chama a atenção e preocupa é o fenômeno do destempero incutido nesse ato de exceção que atinge a mais livre das expressões estéticas, que é a literatura.

Esse tipo de movimentação, que faz parte de um pacote de atitudes segregacionistas importadas dos movimentos sociais estadunidenses, onde o racismo é institucionalizado, aponta para o risco de engessamento da pedagogia em nome da idealização de um comportamento destituído de preconceitos entre os seus diferentes grupos sociais. O ataque às obras do Sítio demonstra que essa reconstrução ideológica, que em um primeiro momento parece utópica, tende mesmo a degingolar para a distopia, para o pesadelo da apartação lastreado em um processo discursivo incoerente.

Por sorte o fato envolveu a figura do escritor Monteiro Lobato, que já está calejada de sofrer esse tipo de ataque, pelos mais distintos motivos, embora sempre com um incômodo comum: sua literatura infantojuvenil desacomoda por ser autêntica, sincera e transformadora. Esses atributos são insuportáveis para quem arvora do *status* de detentor da moral da vez. Foi assim quando o Visconde de Sabugosa descobriu petróleo no quintal da Dona Benta, o que contrariou o monopólio da indústria petrolífera estrangeira, e pode estar sendo assim, caso por trás dessa tentativa de banimento escolar do célebre autor brasileiro, haja o dedo das multinacionais que avançam no mercado editorial no País.

Não custa nada desconfiar. Afinal, a história da queima de livros, inclusive os de Lobato, tem sua gênese em solo político e comercial. A professora e pesquisadora mineira Angelina Castro, autora do livro “Educação, ética e estética na obra infantil de Monteiro Lobato” (Tradição Planalto, 2010), traz à memória vária das razões que levaram à retirada das obras do Sítio das escolas, entre elas as cenas de antropofagia em “Hans Staden” e o questionamento do descobrimento do Brasil em “História do mundo para as crianças”. Curiosamente, as perseguições anteriores ao livro “Caçadas de Pedrinho” foram feitas por incômodo à crítica que a obra faz à política e aos processos burocráticos brasileiros.

Enquanto de um lado o parecer do CNE orienta que “Caçadas de Pedrinho” “só deve ser utilizada no contexto da educação escolar quando o professor tiver a compreensão dos processos históricos que geram o racismo no Brasil” (Parecer 015/2010, pág. 2), o que no dito popular seria como recomendar a morte imediata da vaca para acabar com os carrapatos, Angelina é de opinião que a polêmica atual sirva exatamente para pôr de lado essa noção preconceituosa contra a liberdade literária e abra caminhos para que uma reforma cognitiva propicie o espírito observador e crítico de que tanto carece a nossa escola.

Em que pese à existência natural de expressões de época, a atualidade da obra de Monteiro Lobato é impressionante. A cada dia nos aproximamos mais do Sítio do Picapau Amarelo, tomando como referência a intenção literária do autor na criação do Brasil ideal. O exemplo mais presente dessa característica é a eleição de Dilma Rousseff para a presidência da República. Como assim? Na literatura de Lobato, o Brasil ideal está desde o início comandado pela lógica do poder feminino, na figura da Dona Benta; enquanto no Brasil real, somente agora vamos experimentar pela primeira vez na história da República o País ser dirigido por uma mulher.

O Brasil está precisando mais de literatura que instigue a pensar do que de pesquisadores obtusos e burocratas que querem impor suas razões cartesianas ao mundo escolar. E tem mais: essa conversa de que educadores e crianças não estão preparados para lidar com situações literárias que podem ser embaraçosas a determinadas identidades mais parece aquele discurso do Pelé de que o povo não sabe votar. A falta de interação entre os órgãos de educação e cultura não só deixa o equipamento escolar à mercê do mercado, como distancia a educação da função simbólica da nossa vida cultural.

As orientações do CNE para que as obras que apresentam possibilidades de “representações negativas sobre a cultura popular, o negro e o universo afro-brasileiro” (p. 5) sejam rejeitadas ou obrigadas a ter notas explicativas à luz dos estudos atuais e críticos, configura-se como uma imposição desnecessária, considerando o quanto esse tipo de restrição à criação literária abre de precedente. Rute Albuquerque, coordenadora do Programa de Educação do Núcleo de Estudos Negros, de Florianópolis, procura contemporizar, colocando-se ao mesmo tempo a favor do parecer e a favor de Lobato. Seu argumento é que a leitura deve atender acima de tudo à interpretação do que por vezes pode estar disfarçado por adornos criativos.

A escritora gaúcha, Lúcia Bojunga, se pronunciou sobre o caso, chamando a atenção para o contrassenso que ele traz com relação aos avanços dos estudos literários sobre a noção do que se passa na cabeça do leitor quando seus olhos estão em um livro. Ela lamenta que, como está acontecendo atualmente com relação à obra de Monteiro Lobato, de vez em quando educadores de todas as instâncias manifestem desconfiança da capacidade que os leitores têm de se posicionarem “de forma correta” diante do que lêem. Essa liberdade do leitor está associada ao seu universo de conhecimento, aos saberes que embalam suas crenças, ao seu modo de vida e ao seu grau de escolaridade e acesso à informação.

Os livros de Lobato estão entre os que educam pelo viés da cultura, por isso possibilitam um constante exercício do contraditório e dão espaço para a imaginação no processo cognitivo. O autor primou em sua literatura pelo exercício do pensamento e do diálogo e não por discernimentos de empréstimo, pretensamente sistematizados em conteúdos previamente estabelecidos como corretos. No Sítio do Picapau Amarelo, assim como nas escolas do Brasil ideal, ensinar a pensar é mais importante do que ensinar pensamentos.